

ACM: "Não há como eu apoiar"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), condenou ontem qualquer iniciativa da equipe econômica do Governo federal de aumentar a alíquota da CPMF de 0,2% para 0,4%, conforme pretende o Ministério da Fazenda. "Não há hipótese de eu apoiar que a alíquota dobre. O número que terá o meu apoio é 0,3%", afirmou ACM. A resistência a um aumento maior da CPMF e o aumento do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) - que desvia recursos das transferências obrigatórias da União destinadas a estados e municípios para o Tesouro Nacional - são os dois pontos do ajuste fiscal do Governo a ser anunciado hoje que mais levantam críticas no Congresso.

Ontem, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, esteve com ACM e com o presidente da Câmara, Michel Temer, durante a tarde. Pouco depois, os dois presidentes do Legislativo se encontraram com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto. Apesar das resistências a alguns pontos do pacote, a dis-

posição no Congresso é de garantir ao Presidente a votação rápida do ajuste fiscal. "Tudo vai ser menor diante da presteza com que o Congresso tem que agir em relação ao ajuste fiscal", disse ACM. O presidente da Câmara já marcou uma reunião para hoje, logo após um café da manhã, dos líderes da base governista no Congresso com o presidente Fernando Henrique, para detalhar o cronograma de votação das medidas. "Na próxima semana, vamos terminar de votar a reforma da Previdência e logo em seguida começaremos o exame do ajuste fiscal", disse Temer. Mesmo entre as lideranças mais alinhadas com o Governo, a expectativa é que a aprovação do pacote sem modificações significativas não será fácil.

Os pontos cogitados do pacote fiscal considerados de fácil aprovação são o aumento da alíquota de previdência para servidores públicos e cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (-Cofins) do sistema bancário. "Esta é fácil de aprovar", disse o líder Inocêncio Oliveira.